

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**DESEMPENHO ELEITORAL DOS
PARTIDOS DE ESQUERDA NO
LEGISLATIVO BRASILEIRO
(1990-2010)**

Luiz Eduardo Garcia da Silva (158941)

1-Introdução

As eleições de 2002 representaram um divisor de águas na história política recente do Brasil. A eleição de um ex-torneiro mecânico que não completou o Ensino Fundamental para a Presidência da República não significou apenas a quebra de um paradigma no qual apenas sujeitos letrados e de classes sociais abastadas poderiam ser Presidentes do País. Neste pleito, pela primeira vez tínhamos um partido de esquerda que conseguia alcançar o mais alto cargo do Executivo nacional pela via eleitoral¹. Entretanto, o que significou essa vitória em termos eleitorais para os partidos de esquerda?

Este trabalho tem por objetivo analisar o desempenho eleitoral dos partidos de esquerda no Brasil. Faremos uma análise da eleição dos candidatos desses partidos para o Senado e a Câmara Federal a partir de 1990 até as eleições de 2010. O questionamento a ser respondido é: a eleição de Lula em 2002 alterou significativamente o desempenho eleitoral dos partidos de esquerda? Sabemos que esta eleição é um marco na história eleitoral brasileira, mas quais as consequências práticas que decorreram desta vitória em termos eleitorais?

O trabalho está dividido da seguinte maneira. Na primeira parte apresentamos quais são os partidos considerados de esquerda e porque foram assim considerados. Devemos sublinhar que qualquer simplificação em termos conceituais utiliza certo grau de arbitrariedade. Também é importante dizer que o fato de um partido ser de esquerda não garante que ele seja aliado de um partido do mesmo espectro ideológico. Pelo contrário, identificamos que alguns partidos de esquerda surgem justamente como dissidência de outro partido. Além disso, mesmo que não tenhamos observado um número alto de ocorrências deste tipo, alguns partidos podem se “movimentar” no espectro ideológico. Ou seja, alguns partidos podem ser considerados de esquerda em um pleito e não em outro e vice-versa.

Na segunda parte faremos a análise dos dados coletados no TSE, no site da Câmara e do Senado. O objetivo é mensurar o desempenho dos partidos de esquerda desde 1990. Quais os partidos com o maior número de representantes durante esse período. A partir de 2002 há alguma alteração neste padrão? Qual a tendência dos anos recentes? Qual o papel do PT, partido que mantém a Presidência da República desde 2002, neste íterim?

¹ Alguns podem argumentar que João Goulart em 1961 também era um legítimo representante das esquerdas. Cabe lembrar que João Goulart fora eleito Vice-Presidente e assumiu após a renúncia do então Presidente Jânio Quadros.

Por fim, apresentaremos as conclusões do estudo retomando a problemática do estudo. O presente trabalho contribui para uma melhor compreensão de parte importante de nosso sistema partidário. Da qualquer forma, nosso trabalho também compreende uma temática cara aos estudos eleitorais. Os resultados eleitorais são como um termômetro da vida política nacional. Eles nos permitem uma visão quase como uma “fotografia” tanto do perfil do eleitorado, uma vez que é ele quem decide quem será eleito, quanto dos candidatos, que em termos econômicos representariam a “oferta” frente a esse eleitorado.

2- Os partidos de esquerda no Brasil

Como já dissemos anteriormente a definição do que venha a ser um partido de esquerda envolve um quê de arbitrariedade por parte dos autores. Inicialmente devemos destacar que a própria literatura sobre o assunto é extensa e não definitiva. Obviamente em se tratando de uma ciência humana como é a ciência política a almejada objetividade nunca será plenamente atingida e é quase que natural que existam divergências sobre a definição ideológica de alguns partidos. Por outro lado existem alguns partidos que invariavelmente são localizados na margem esquerda do espectro ideológico. Os partidos mais representativos em nossa análise, o PT e o PDT são sempre identificados como de esquerda ou centro-esquerda. Apenas como curiosidade histórica é importante destacar que esta divisão entre direita e esquerda remonta os tempos da Assembleia Francesa no final do século XVIII em que os jacobinos (aqueles que detinham uma postura radical) sentavam-se à esquerda do clero no parlamento enquanto que os girondinos (representantes da alta e média burguesia) posicionavam-se à direita (Miguel 2010).

Em primeiro lugar devemos sublinhar que cindir as posições ideológicas dos partidos entre direita e esquerda apresentam algumas dificuldades conceituais. Singer (2002) aponta que a simplificação ideológica entre direita e esquerda é natural frente a um eleitorado pouco sofisticado como no caso brasileiro. Ou seja, a falta de informações precisas do eleitor sobre os partidos políticos no Brasil faz com que este eleitor crie uma divisão ideológica quando da escolha de seu voto. Afirma o autor que *“hablar de identificación ideológica nos estamos refiriendo a la adhesión a una imagen, una adhesión qua implica la idea de que el electorado es cognitivamente poco estructurado, lo que no es un tema menor”* (Singer 2002, p.40). Por outro lado, Singer também demonstra que o eleitor não sabe precisar o que significa ser de esquerda ou de direita. O autor identifica que essa imagem feita pelos eleitores do que venha ser a direita e a esquerda são como se fossem caixas vazias e que as posturas de cada espectro

ideológico pode ser alterado ao longo do tempo. Alguns valores pós-materialistas como a defesa do meio ambiente, e a igualdade de gêneros passaram a ser bandeiras defendidas por ambos os lados. Relembrando que esta é a visão do eleitor em relação aos partidos políticos.

Por outro lado, os próprios partidos políticos tem uma maneira diferente de se apresentarem frente ao eleitorado. Eles são aqueles que “ofertam” o seu projeto e portanto buscam diferenciar-se dos outros partidos dentro do jogo político. Norberto Bobbio (1995) propôs alguns critérios de distinção entre as vertentes ideológicas. Historicamente os partidos de esquerda se posicionavam como não religiosos, não se alinhavam de maneira forte à manutenção das tradições², mas a grande bandeira defendida pelos partidos de esquerda, seu *leitmotiv*, seria a luta pela igualdade. Os partidos de direita na definição de Bobbio teriam um apego objetivo à manutenção da hierarquia, em outras palavras, o respeito à ordem sistêmica.

Por mais que seja reconhecida a sua tese, a obra de Bobbio dá a sua contribuição quando determina as razões pelas quais podemos diferenciar a esquerda da direita. Em qualquer processo humano criamos distinções de ordem dual. Na política se utilizam esquerda e direita, em outros casos se divide um conceito entre alto e baixo (mesmo na política com a utilização dos termos “câmara alta” e “câmara baixa”). A noção de direita/esquerda é importante pois não compreende um valoração distinta. Dizer que um partido é alto e outro é baixo poderia criar uma noção valorativa entre duas correntes que em termos legais são iguais.

As críticas em relação às teses de Bobbio podem ser de três dimensões distintas. A primeira delas se refere a temporalidade de suas ideias. Miguel (2010) apresenta uma crítica neste sentido. Ele define a tese de Bobbio como sendo datada e fraca. Primeiro porque mesmo os teóricos da direita “defendem suas próprias versões da igualdade, traduzida (por exemplo) como ‘igualdade de oportunidades’ ou ‘igualdade de condições iniciais’” (Miguel 2010 p.32) enquanto a esquerda valoriza a diferença. E segundo porque as bandeiras que Bobbio identifica como sendo defendidas pelos partidos de esquerda, por exemplo a laicidade, o meio ambiente e a igualdade de gêneros, tem no Brasil lideranças que estão em partidos considerados de direita.

A segunda crítica apresentada pela literatura acadêmica diz respeito ao caráter prático de sua tese. Em outras palavras a questão da igualdade como sendo uma bandeira única e

² Tradições aqui tem um sentido próprio. Bobbio se refere à manutenção de valores tradicionais que seriam defendidos basicamente pela direita. A contraposição para tradição na visão da esquerda seria a “emancipação”.

exclusivamente da esquerda cai por terra quando se pensa no Brasil. Singer (2002) aponta que em países nos quais apresentam uma desigualdade social tão elevada, tanto partidos de direita quanto partidos de esquerda tem no tema “igualdade” um discurso parecido. Singer define esse contexto como um espaço para o surgimento de uma “direita populista”. O que diferenciaria no Brasil a direita da esquerda não é se se deve ou não mudar, mas sim **como mudar**.

La división, en realidad, se da en torno al cambio dentro del orden o contra el orden, resultando en inestabilidad. El público de derecha pretende un cambio por intermedio de la autoridad del Estado, y - justamente por eso - quiere reforzarla, mientras que el público que se coloca a la izquierda está más bien ligado a la idea de un cambio a partir de la movilización social, y por eso rechaza la autoridad represiva del Estado sobre los movimientos sociales” (Singer 2002, p. 163).

É importante ter em mente que Singer está se referindo a um período que vai de 1989 até 1994. Em 2012 o autor identifica como uma das causas explicativas do sucesso do governo Lula foi justamente a não confrontação com o capital. Curiosamente a eleição do PT (portanto um partido de esquerda) em 2002 acabou promovendo um perfil de mudança social que, de acordo com a sua tese de dez anos antes, seria melhor enquadrada no espectro ideológico da direita. Mesmo assim o autor manteve a coerência pois afirma que a reforma promovida pelo PT foi de caráter gradual através de um pacto conservador. Neste caso, a questão é mais profunda ainda: teria o PT se tornado um partido de direita? Nos parece improvável fazer tal afirmação e fugiria aos propósitos de nosso trabalho tratar desta questão aqui, mas não deixa de ser no mínimo curioso fazer tal constatação.

Por fim ainda há uma terceira crítica que podemos aplicar à definição criada por Bobbio. Nos referimos à questão organizacional dos partidos. Nesse âmbito os textos clássicos da política são as melhores referências. Os partidos de esquerda seguem uma tipologia distinta dos partidos de direita? Os textos clássicos como o de Duverger (1979), Kirchheimer (1972) e Panebianco(2005) contribuem para essa discussão. Esses autores debateram os modelos organizacionais e as principais características dos partidos.

O modelo de Duverger caracteriza os partidos clássicos a partir de suas origens distintas: interna (eleitoral, parlamentar) e externa. No que diz respeito ao primeiro tipo eles se formam na medida em que grupos parlamentares, portanto já inseridos no Parlamento, se unem em torno de causas comuns. Além dessa característica a existência de comitês eleitorais

que determinam uma competição eleitoral através da extensão do sufrágio faz com que os partidos se formem. Por outro lado os partidos de origem externa, surgem de organismos externos ao Parlamento como os sindicatos, as organizações religiosas e sociedades de pensamento. Esses partidos agem no terreno eleitoral e buscam sempre a resolução dos conflitos na arena parlamentar não recusando o jogo democrático. É importante destacar que para Duverger a origem dos partidos determina a sua estrutura. Os partidos de origem externa são mais centralizados e nascem a partir de uma cúpula. Eles possuem maior coerência e maior disciplina do que os partidos de origem eleitoral e parlamentar.

Talvez a maior contribuição na tipologia partidária de Duverger diga respeito ao seu partido de massas. Conceito chave em sua obra, o autor afirma que essa tipologia partidária possuiria uma organização interna bem como aspectos externos ao partido. O caráter endógeno do partido se refletiria na quase totalidade de seu financiamento por parte de seus militantes. Dessa forma, haveria um elo conector entre os parlamentares eleitos e a sua base. Os partidos de massa então, não dependeriam do mandato parlamentar para a sua existência. Além disso, os partidos de massa seriam coesos e disciplinados, com um aspecto ideológico forte. López (2009) considera o partido de massa como uma instituição capaz de integrar a sociedade. Os partidos de massa tem essa função realmente, a de integrar uma massa de eleitores ao jogo político. Eles portanto, se apresentam como os meios pelos quais grupos sociais bem delimitados (característica de conflitos de classe) são representados na arena política.

Kirchheimer destaca que os partidos de massa no decorrer da história se converteram no que ele denominou de partidos *catch all*. Escrito em 1954 mas publicado apenas em 1966 seu artigo destaca que os partidos de massa ao longo das disputas eleitorais perdem o seu caráter ideológico tentando abarcar um número maior de eleitores. O pragmatismo eleitoral altera o caráter classista dos partidos que passam a tentar abarcar a maior parte da sociedade, agora já não tão dividida em estratos sociais tão claros. Temos então o partido *catch all*. Devemos ressaltar que esses partidos surgem como o resultado da integração da massa de eleitores ao jogo político. Eles datam do pós II Guerra quando o sufrágio é estendido a quase toda a população e os ganhos eleitorais representavam a causa mais imediata para os partidos. Todas essas características fazem com que os partidos *catch all* não possuam mais membros permanentes. A relação entre partido e eleitores é fluida. Como eles tentam abarcar o maior número de eleitores é razoável imaginar que os mandatários desses partidos não se

comprometam com causas específicas. Resulta disto que a *constituency* desses partidos não é estratificada nem limitada a um grupo social apenas.

Panebianco por sua vez destaca as principais mudanças organizativas dos partidos políticos.

“À luz de um paradigma clássico da teoria da mudança social, a passagem da participação ‘total’ do partido de integração (burocrático de massa) à participação limitada de parcial do partido profissional-eleitoral poderia ser considerada como um dos muitos efeitos de uma tendência mais geral à diferenciação e à especialização dos grandes agregados sociais”. (Panebianco 2005, p.535)

O autor descreve três tendências gerais para os partidos políticos modernos. A primeira delas seria a total dissolução dos partidos políticos como uma organização profissional eleitoral com um agravamento na crise dos regimes políticos democráticos. A segunda aponta para um retorno da função ideológica dos partidos políticos e por conseguinte uma volta às funções tradicionais exercidas pelos partidos políticos no caráter ideológico inclusive. A noção de direita e esquerda se reforçariam novamente apesar de um novo contexto histórico. É interessante notar que trata-se de uma alteração interna do sistema político. As mudanças são acarretadas por alterações intestinas do processo político. A terceira tendência retrata uma inovação política advinda do exterior do sistema político. Os partidos políticos perderiam o seu caráter ideológico mais determinante, bem como a sua função integrativa perderia sentido num momento em que os partidos políticos sofreriam uma pressão de outros organismos institucionais como empresários políticos ou novos “agentes que tentem criar identidades coletivas novas e estáveis” redefinindo assim as disputas políticas.

A discussão dos textos clássicos poderia seguir. Nem citamos o caso dos partidos carteis definidos por Katz e Mair (2004) ou das classificações definidas por Strom e Müller (1999) dos partidos em *office-seeking*, *vote-seeking* ou *policy-seekin* e nem é o nosso propósito neste trabalho. O que devemos ter em mente é que se a própria discussão do que venha a ser um partido político moderno gera tanta controvérsia o debate sobre os partidos de esquerda e de direita é mais complicada ainda. Mais uma razão pela qual os critérios determinados por Bobbio serem considerados fracos.

Dessa forma, como então justificamos o uso e quais os critérios para a definição de partidos de esquerda em nosso trabalho? Dentro do sistema político brasileiro é difícil retratarmos os partidos de maneira ideológica. As nossas próprias regras eleitorais e

instituições servem como um incentivo para ofuscar essa divisão ideológica. Durante as eleições os partidos dos mais variados matizes se coligam buscando um melhor desempenho. Após as eleições os governos dependem de coalizões para que possam ver a suas emendas aprovadas dessa maneira não raro assistimos os partidos de direita pertencendo à base governista liderada por partidos de esquerda e vice-versa. É claro que isto não é uma peculiaridade exclusiva de nosso sistema partidário. Afirmamos categoricamente que determinar um partido como pertencendo à esquerda do espectro político trata-se de uma simplificação. Além disso, entendemos a divisão aqui apenas como categorias. Não entramos na discussão de um partido ser mais ou menos de esquerda. Portanto, não estamos analisando os partidos através de uma espécie *continuum* no qual um partido parte de um posição “A” que está a esquerda de uma posição “B”. A nossa categorização é entre “esquerda” e “não-esquerda”. Os partidos de centro e direita não estão relacionados em nossa abordagem portanto.

Se essa divisão é tão discutível porque então utilizá-la? Miguel (2010) explana de maneira mais clara. Ele reconhece que essa divisão esquerda-direita é uma simplificação. Porém é uma simplificação “necessária, pois a volatilidade e a fragmentação de nosso sistema partidário exige que as legendas sejam reduzidas a um número ‘maneável’ e a rótulos mais estáveis para que possamos estudá-lo” (p.34). Entretanto devemos ter em mente que trata-se pura e simplesmente de um dispositivo metodológico. Sendo assim, ressaltamos que não se busca mensurar uma realidade objetiva. Esta realidade é utópica e inexistente. No entanto, reconhecemos que como um recurso metodológico e do qual os próprios eleitores lançam mão quando da sua escolha durante as eleições ele é útil para o estudo de nosso sistema partidário.

Nossa classificação ideológica dos partidos de esquerda é a mesma utilizada num workshop realizado na cidade do Rio de Janeiro em 2009 e está disponível na obra “Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências” (2010) organizada por Krause, Dantas e Miguel. Os autores classificaram os partidos ideologicamente em cada pleito desde 1990 até 2006. Para as eleições de 2010 utilizaremos o mesmo critério estabelecido para os partidos no ano de 2006³.

³ Para uma discussão aprofundada sobre o tema ver: Power (2000), Power e Zucco (2009), Kinzo (1993) e Figueiredo e Limongi (1995).

3- O desempenho eleitoral dos Partidos de Esquerda (1990-2010)

Nesta seção analisaremos o desempenho eleitoral dos partidos considerados de esquerda em cada pleito desde 1990-2010. Num primeiro momento apresentaremos os dados referentes à disputa da Câmara Federal e posteriormente ao Senado. Antes de mais nada devemos apenas ressaltar que os dados dizem respeito aos resultados eleitorais. Logo, é possível que ocorra uma ligeira distorção (pouco significativa) com os dados referentes ao dia da posse. Isto ocorria pois a legislação não previa nenhuma punição ao parlamentar que fosse eleito por um partido mas mudasse de legenda antes mesmo de serem empossados. Atualmente existem regras mais rígidas nesses sentido⁴. O TSE estabeleceu em 2007 através da resolução nº 22.610 a perda do cargo eletivo em decorrência da desfiliação partidária sem justa causa com exceção dos casos em que há fusão partidária ou alegação por parte do eleito de que seu partido tenha se desvinculado de sua ideologia ou se desvirtuado.

Além disso, optou-se pela análise dos dados da Câmara Federal e do Senado justamente por representarem uma visão mais abrangente do país como um todo. Obviamente que existem algumas considerações importantes a serem feitas. Alguns partidos tem uma força local que é desvinculada de seu desempenho quando analisamos o Brasil e seu sistema política na totalidade. Entretanto o objetivo aqui é analisar a esquerda como um bloco todo e não as peculiaridades ou individualidades de cada partido, sem claro negar que trabalhos futuros visando tal objetivo sejam tão ou mais importantes.

3.1 – Câmara Federal

As tabelas com todos os dados referentes ao desempenho eleitoral dos partidos individualmente estão disponibilizados no anexo ao final do texto. A tabela e o gráfico abaixo representam o desempenho dos partidos de esquerda frente a totalidade dos cargos em disputa, bem como o desempenho dos partidos de centro (PSDB e PMDB) e os partidos de direita (demais partidos). Os números entre os parênteses representam a proporcionalidade de cada bloco em relação à totalidade dos cargos em disputa.

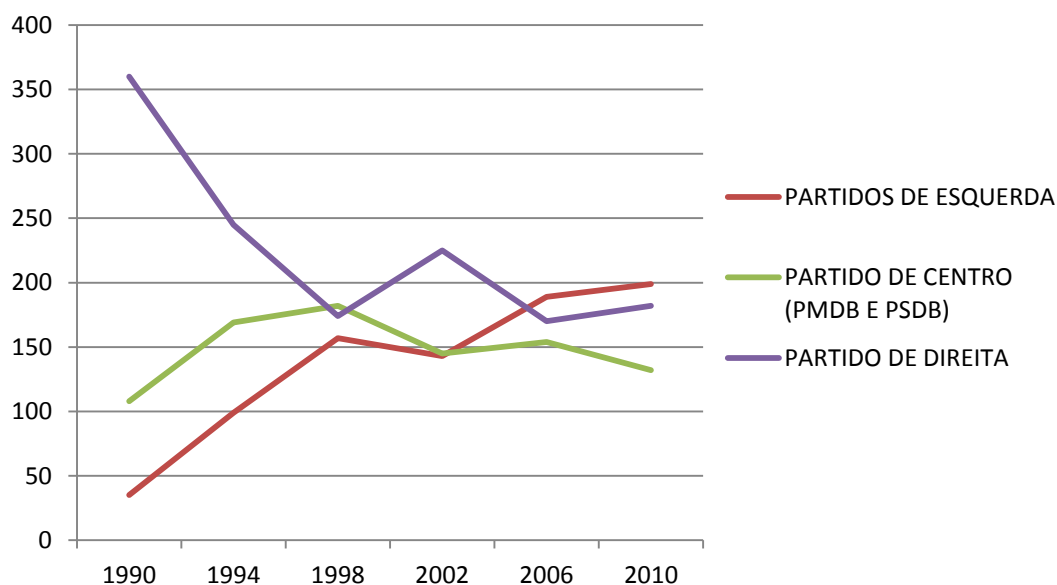
⁴ Sobre a migração partidária ver: Melo (2003;2004).

Desempenho eleitoral e proporcionalidade dos partidos em bloco na Câmara Federal (1990-2010)

ANO/PARTIDOS	PARTIDOS DE ESQUERDA	PARTIDO DE CENTRO (PMDB E PSDB)	PARTIDO DE DIREITA	TOTAL
1990	35 (6,9%)	108(21,4%)	360 (71,5%)	503 (100%)
1994	99(19,2%)	169(32,9%)	245 (47,7%)	513 (100%)
1998	157(30,6%)	182(35,4%)	174 (33,9%)	513 (100%)
2002	143 (27,8%)	145(28,2%)	225(43,8%)	513 (100%)
2006	189(36,8%)	154 (30%)	170 (33,1%)	513 (100%)
2010	199 (38,7%)	132 (25,7%)	182 (35,4%)	513 (100%)

Fonte: www.tse.jus.br. Acessado em: 22/01/2013

Analisando graficamente ao longo do tempo teríamos o seguinte padrão:



Como podemos perceber a tendência das disputas eleitorais da Câmara Federal tendem a um equilíbrio das forças. Diferentemente do que vinha ocorrendo na década de 1990 a direita perde espaço na medida em que as forças de esquerda elevam o seu desempenho. Curiosamente o ano de 2002 apresenta um diagnóstico distinto. No ano em que a esquerda consegue a eleição no Executivo Federal, constata-se que na Câmara há uma retomada das forças de direita. Porém, no ano de 2006 há uma inversão nas forças de cada bloco ideológico. A esquerda pela primeira vez na Nova República consegue a maioria do congresso. O centro por sua vez desde 1998 vem amargando um declínio relativo de sua força no Legislativo com

exceção do ano de 2006. Mesmo assim, seu desempenho ainda é melhor do que aquele das eleições de 1990.

É importante mais uma vez ressaltarmos que estamos falando dos blocos de maneira indiscriminada. Ou seja, ser de esquerda aponta pura e simplesmente o espectro ideológico do qual os partidos fazem parte. De maneira nenhuma estamos afirmando que os blocos formam um corpo homogêneo e que a esquerda, a direita ou o centro votam ou governam de forma unida. Como já foi mencionado anteriormente, muitos dos partidos de esquerda que hoje existem surgiram como dissidências dos partidos mais antigos como é o caso do PSTU e do PSOL que são “rachas” do PT.

Dentre as forças de esquerda nota-se que o maior representante do bloco é sem sombra de dúvida o PT. Ao analisarmos o desempenho individual dos partidos⁵ é notável o seu crescimento. De uma bancada que contava com 8 deputados em 1990, o PT passou a abarcar 81 candidatos eleitos 8 anos depois. Em 2002 o partido perdeu algumas cadeiras na Câmara ficando com 77 assentos, retomando o seu crescimento em 2006 e 2010 quando chegou ao número de 88 deputados federais. Aliás, em 2010 o PT conseguiu eleger a maior bancada entre os partidos políticos.

O PDT que em 1990 era a principal força da esquerda passou de uma bancada de 19 deputados em 1990 para 28 em 2010. O seu desempenho eleitoral é praticamente o mesmo entre 1990 e 2002 quando o partido conseguiu o mesmo número de assentos na Câmara Federal. Em 2006 e 2010 o partido aumentou sua bancada passando a contar com 28 deputados federais. Por outro lado, a sua força relativa dentro do bloco da esquerda hoje é menor. O PDT se tornou o terceiro maior partido de esquerda. Na medida em que partidos como o PT e o PSB cresciam as suas bancadas, o desempenho do PDT se mantinha estável.

A segunda maior força dos partidos de esquerda atualmente pertence ao PSB. Em 1990 o partido detinha apenas 6 assentos na Câmara Federal, porém em 1998 já igualava o número de parlamentares que o PDT. Em 2006 o PSB já representava a segunda maior bancada da esquerda. O seu desempenho em 2010 entretanto foi surpreendente.

Por fim, devemos destacar o crescimento do PC do B, histórico aliado do PT que hoje conta com 15 deputados federais. O PV, que em 2010 obteve a terceira maior votação para as eleições presidenciais, elegeu 13 candidatos em 2006 e 2010. E o PPS que em 2006

⁵ Ver anexo.

surpreendentemente elegeu 21 candidatos mas que em 2010 não conseguiu o mesmo desempenho elegendando 12 candidatos.

3.2 –Senado

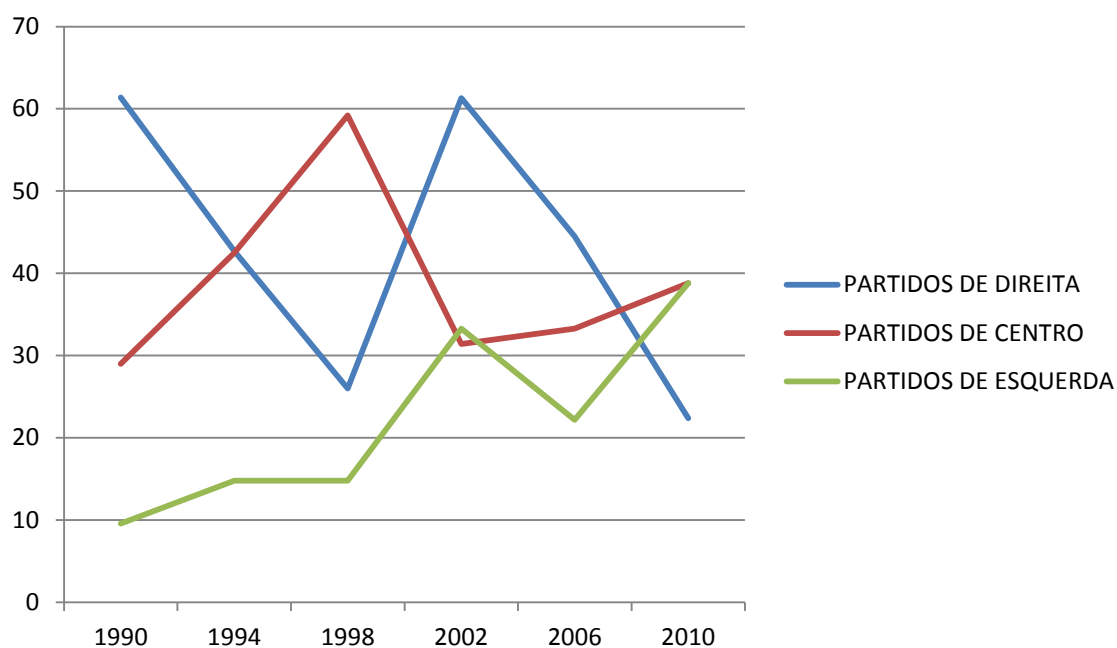
As eleições para o Senado tem uma lógica distinta. Como são cargos majoritários, podemos dizer que as especificidades do sistema eleitoral brasileiro diferencia o tipo de disputa. Em primeiro lugar porque as disputas tomam um caráter mais personalista uma vez que se vota em um candidato na maior parte das vezes. Em segundo lugar porque a força de alguns partidos está localizada em redutos eleitorais que muitas vezes estão circunscritos às fronteiras dos Estados. O localismo de maneira nenhuma é uma peculiaridade dos partidos de direita ou centro. O PSB por exemplo tem uma forte presença no Estado do Ceará onde estão centralizados os grandes nomes do partido. O PDT é outro que apresenta um forte apelo eleitoral no RS e no RJ, dois estados governados por Leonel Brizola uma das maiores, se não a maior, figura que o partido já teve. Por essas razões é que a disputa ao cargo de Senador da República toma matizes distintos das disputas proporcionais. Entretanto ao analisarmos o desempenho dos partidos de esquerda em relação à totalidade dos cargos em disputa também é notável o crescimento do desempenho eleitoral desses partidos como podemos constatar na tabela abaixo.

Desempenho eleitoral proporcional de cada bloco ideológico nas eleições do Senado (1990-2010).

ANO/BLOCO PARTIDÁRIO	PARTIDOS DE DIREITA	PARTIDOS DE CENTRO	PARTIDOS DE ESQUERDA
1990	61,4	29	9,6
1994	42,7	42,5	14,8
1998	26	59,2	14,8
2002	61,3	31,4	33,3
2006	44,5	33,3	22,2
2010	22,4	38,8	38,8

Fonte: www.tse.jus.br Acessado em: 22/01/2013

Pelo gráfico temos uma visão mais apurada do perfil eleitoral dos partidos de acordo com cada bloco ideológico. Lembrando que o cargo de Senador é de 8 anos e o número de assentos em disputa é alternado em um terço num pleito e dois terços em outro.



Como podemos observar a esquerda tendencialmente vem melhorando o seu desempenho eleitoral também no que concerne às disputas para o Senado. Como ocorre na Câmara Federal o PT é o principal partido que vem capitaneando o bloco também no tocante às disputas ao Senado. Em 2002 elegeu 10 senadores e em 2010 elegeu 11. Nos parece que há uma continuidade em relação aos cargos do Senado. Fugiria ao nosso objetivo aqui mas é interessante notar que os partidos conseguem um bom desempenho a cada oito anos o que viria a ser o ano de reeleição de muitos candidatos. Esta tendência é clara quando observamos o desempenho dos partidos de direita por exemplo.

Para finalizarmos o nosso estudo fica a pergunta: o quê explica a melhora do desempenho eleitoral dos partidos de esquerda? Quais são as razões que levaram os partidos de esquerda a obterem melhores resultados nos pleitos para a Câmara e Senado? Em primeiro lugar devemos anotar que o PT foi o principal responsável por esta ascensão do bloco da esquerda. Portanto nos parece metodologicamente mais coerente abordarmos primeiramente este partido.

Forcheri (2004) aponta que no início de sua existência o PT estava diretamente vinculado à política sindical geograficamente localizado na região Sudeste do país, principalmente em São Paulo mas também com importante penetração na região Sul. A partir de 1989 com a disputa das eleições presidenciais o partido cresce como força nacional e cresce em outras regiões como no Norte e no Centro-Oeste. Amaral (2010) demonstra que o partido ainda manteve a suas ligações para com a sociedade civil. Por outro lado, a presença

institucional do partido através dos anos 1990 reestruturou o partido internamente. Em outras palavras, o PT como partido governante necessitava da implementação de políticas públicas. Isto serviu de incentivo para uma reestruturação organizativa das suas clivagens internas. Desta forma, o resultado foi uma maior homogeneidade ideológica e programática dentro do próprio partido. Ao mesmo tempo o partido diminuiu o seu ímpeto “radical” e iniciou um processo de alianças que vai além de seu bloco ideológico criando coalizões em que estão inseridos partidos do bloco ideológico da direita como o PP, PTB e o PL (partido que compôs a chapa presidencial entre 2002 e 2010). Não por acaso o partido acabou se “adaptando” à lógica sistêmica como demonstra Hunter (2007).

“Até mesmo um partido como o PT, com uma base fiel de militantes e uma longa história de radicalismo, caiu nos modelos de comportamento mais tradicionais depois de redefinir suas prioridades estratégicas. Se até o PT, ao adotar uma estratégia de *vote-maximization* dentro do contexto do sistema político brasileiro, não pôde resistir à utilização de medidas questionáveis, é altamente improvável que qualquer outro partido poderia. Portanto o PT representa o caso de um partido radical programático que foi transformado pelo ‘sistema’ em um partido menos ‘diferente’” (Hunter 2007, p.164).

De uma maneira geral Forcheri aponta que a esquerda apresentou durante o período analisado uma expansão territorial desigual e heterogênea em relação às suas bases sociais eleitorais. O caso do PT já foi descrito acima. O PDT apresentou melhores resultados no RS e no RJ mas também obteve um bom desempenho no Norte e Nordeste através das coligações. Além do mais o PDT representava a “velha esquerda”. Era o partido que representava a continuidade com o velho PTB (do período de 1945-1964).

O PSB é um partido que tradicionalmente tem no localismo a sua principal força. A região Nordeste é seu principal reduto como já foi abordado. Os estados do Ceará e de Pernambuco representam esses redutos mais especificamente.

A última consideração a ser feita diz respeito ao aspecto democrático dos partidos de esquerda. O fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim representou um ponto de inflexão nas ideias dos partidos de esquerda que passaram a aceitar e até a lutar pelos seus objetivos através do jogo democrático.

4 – Conclusão

O trabalho teve o objetivo de analisar o desempenho eleitoral dos partidos de esquerda no Legislativo desde o ano de 1990 até as eleições de 2010. Como pudemos observar o bloco de esquerda como um todo teve um crescimento tendencial. O principal “puxador” de voto foi o Partido dos Trabalhadores. O PDT, partido que representava a “velha esquerda” do período democrático de 1946-1964 e que era o principal partido de esquerda da época vem melhorando o seu desempenho quando analisamos individualmente. Porém quando analisamos o partido inserido no bloco de esquerda percebe-se que o PDT vem proporcionalmente perdendo espaço. A ascensão do PSB, PPS e PC do B também foi notada.

Outra importante contribuição do trabalho está no seu aspecto teórico. Percebe-se a dificuldade metodológica de tratar os partidos dentro de uma lógica de direita e esquerda. A definição utilizada por Bobbio deve ser descartada uma vez que os seus critérios para diferenciar um bloco do outro já não tem mais sentido.

No entanto, como recurso metodológico a diferenciação ainda é válida desde que se tenha em mente que se trata de uma redução. Os partidos de direita e esquerda são distintos no que tange à aprovação de políticas públicas, programas sociais e intervenção na economia. Logo, a diferenciação dos partidos também não deve estar atrelada a sua estrutura organizativa como advogava Duverger, pelo menos não para os partidos atuais. A constatação que Wendy Hunter (2007) faz ao PT, no sentido de que ele tenha se tornado um partido sistêmico, não deve ser entendida como algo que o faça ser menos de esquerda. É claro que a prática da corrupção deve ser rechaçada de todas as maneiras. Entretanto, dizer que o PT tornou-se um partido “menos diferente” também pode ser interpretado como um partido que tenha aceitado as regras do jogo. Isto não quer dizer que ele tenha aberto mão de sua ideologia. Ao contrário, os fins dos partidos de esquerda continuam distintos daqueles fins dos partidos de centro ou direita. Porém os meios foram internalizados através dos incentivos institucionais do sistema político brasileiro.

5- Anexo

Desempenho Eleitoral dos Partidos de Esquerda na Câmara Federal (1990-2010)

PARTIDO / ANO	1990	1994	1998	2002	2006	2010	TOTAL
PDT	19	21	22	19	24	28	133
PT	8	45	81	77	83	88	382
PSB	6	17	22	19	27	34	125
PV	*	1	3	4	13	13	34
PCB	1	0	0	0	0	0	1
PC DO B	1	8	11	11	13	15	59
PSTU	0	0	0	0	0	0	0
PSOL	*	*	*	*	3	3	6
PPS	*	6	18	12	21	12	69
PHS	*	*	*	0	2	2	4
PMN	0	1	0	1	3	4	9
PCO	*	*	0	0	0	0	0
OS	0	*	*	*	*	*	0
TOTAL	35	99	157	143	189	199	822

*Indica partido inexistente

FONTE: www.tse.jus.br. Acessado em: 22/01/2013

Desempenho Eleitoral dos Partidos de Esquerda no Senado (1990-2010)

PARTIDO / ANO	1990**	1994	1998***	2002	2006***	2010	TOTAL
PDT	1	3	0	4	1	2	11
PT	1	4	3	10	2	11	31
PSB	0	1	1	3	1	3	9
PV	*	0	0	0	0	0	0
PCB	0	0	0	0	0	0	0
PC DO B	0	0	0	0	1	1	2
PSTU	0	0	0	0	0	0	0
PSOL	*	*	*	*	0	2	2
PPS	*	0	0	1	1	1	4
PHS	*	*	*	0	0	0	0
PMN	1	0	0	0	0	1	2
PCO	*	*	0	0	0	0	0
OS	0	*	*	*	*	*	0
TOTAL	3	8	4	18	6	21	60

*Indica partido inexistente

** 31 cargos em disputa

***27 cargos em disputa

Fonte: www.tse.jus.br. Acessado em: 22/01/2013

6- Referências

- AMARAL, O. (2010). *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 a 2009*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação de Ciência Política. UNICAMP.
- BOBBIO, N. (1995). *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política*. Editora UNESP. São Paulo.
- DUVERGER, M (1979). *Os Partidos Políticos*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. p. 19-33
- FORCHERI, M. (2004). *Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul*. Edusc. Bauru.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados*, v. 38, n;2, p.497-525, 1995.
- HUNTER, W. (2007). Corrupção no Partido dos Trabalhadores: o dilema do “sistema”. In: Nicolau, J. ;Power, T. *Instituições representativas no Brasil. Balanço e reforma*. Ed. UFMG/IUPERJ. p. 155-168
- KRAUSE, S. /DANTAS, H./MIGUEL, L.F. (2010). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: Perfis e tendências*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/UNESP.
- KATZ R. S./MAIR, P. (2004). El partido cartel. La transformación de los modelos de partidos y de la democracia de partidos. In: *Zona Abierta* 108/109. p.9-39.
- KINZO, Maria D’Alva. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.
- KIRCHHEIMER, O. (1972). *The Transformation of the Western European Party Systems*. In: LaPalombara, J./Weiner, M.. *Political Parties and political Development*. Princeton University Press. Princeton, New Jersey. p. 177-200.
- LÓPEZ, V. H. M. (2009). Partidos políticos: un ejercicio de clasificación teórica. In: *Perfiles Latinoamericanos*. 33, Enero-Junio. p.39-63
- MELO, C. R. (2003). Migração Partidária na Câmara dos Deputados: causas, consequências e possíveis soluções. IN: Benevides, M; VANNUCHI, P; KERCHE, F. *Reforma Política e Cidadania*. Editora Perseu Abramo. São Paulo
- _____(2004). *Retirando as cadeiras do Lugar: Migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Editora UFMG. Belo Horizonte.
- PANEBIANCO, A. (2005). Modelos de partido. Organização e Poder nos Partidos. Martins Fontes. São Paulo. Cap. XIV. p. 509-537
- POWER, T. *The political right in postauthoritarian Brazil: elites, institutions, and democratization*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2000

POWER, Timothy; ZUCCO, César. Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication. *Latin American Research Review*, v. 44, n.1, p.218-246, 2009.

SINGER, A. (2002). *Izquierda y Derecha en el Electorado Brasileño*. EdUsp. São Paulo.

_____, A. (2012) *Os sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. Editora Companhia das Letras. São Paulo.

STRØM, Kaare; MÜLLER, W. (1999). *Policy, Office or Votes? How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions*. Cambridge: Cambridge University Press.

SITES CONSULTADOS

www.tse.jus.br. Acessado em: 22/01/2013

www.camara.gov.br. Acessado em: 22/01/2013

www.senado.gov.br. Acessado em: 22/01/2013